

## No curto prazo, só São Pedro salva

► POLÍTICA INDUSTRIAL

QUA, 05/11/2014 - 17:20  
ATUALIZADO EM 05/11/2014 - 17:22

Luiz de Queiroz



**Jornal GGN** - A crise hídrica é um dos assuntos mais graves dos últimos tempos no que diz respeito à infraestrutura das cidades e bem estar da população. Diversas regiões do Brasil estão sofrendo com a falta de chuvas, mas a questão ganhou relevância especial no estado de São Paulo, onde o nível de um dos principais reservatórios, o Cantareira, atingiu índices críticos.

O tema foi discutido do ponto de vista acadêmico e técnico, no 7º Simpósio Brasileiro de Construção Sustentável.

O professor José Antônio Marengo Orsini, coordenador do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) e membro do Comitê Científico do IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas), acredita que "Uma seca como a que assola a Grande São Paulo é precisamente o tipo de evento climático extremo previsto como efeito do aquecimento global".

E esse é um problema sério, pois a vulnerabilidade do nosso sistema não aparece apenas quando lidamos com eventos extremos.

De acordo com Mônica Porto, da Escola Politécnica da USP, as nossas cidades não estão preparadas nem para realizar um planejamento para eventos previstos na série histórica. "No mês de outubro, a vazão afluente do Sistema Cantareira foi 30% da menor registrada na série histórica. Não dava pra passar impune por essa seca", afirmou.

Assim, ela não vê solução para o curto prazo. "No curto prazo a gente não consegue implantar um programa de gestão de demanda. Isso é para o médio e longo prazo, no curto prazo precisa chover", disse.





Por isso, para a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, o Brasil precisa mudar a forma de enfrentar esses problemas estruturais. "Nós temos que aprender a fazer gestão de risco para poder parar de fazer gestão de crises".

Mônica Porto concorda: é preciso gerenciar melhor o risco. "O fato de nós termos quase 10 milhões de habitantes dependentes de um único sistema, como é o caso do Cantareira, aumenta nossa exposição. Para enfrentar o problema é preciso adotar medidas estruturais, como reservatórios maiores, e investir em redundâncias", explicou. Além disso, ela defende a adoção de medidas permanentes de redução de consumo e reuso.

Segundo Sérgio Rodrigues Soares, superintendente de Planejamento de Recursos Hídricos da Agência Nacional de Águas (ANA), 55% dos sistemas de abastecimento do país precisam de novos investimentos para que o fornecimento esteja garantido até 2025. "A ANA realizou um estudo e apenas 45% do abastecimento de água no Brasil é satisfatório. 46% dos reservatórios têm a necessidade de ampliação e outros 9% precisam de novos mananciais", disse.

Pelo levantamento da Agência, esses investimentos deverão chegar a R\$ 22,2 bilhões. "Serão R\$ 9,1 bilhões na região Nordeste, R\$ 7,4 bilhões no Sudeste, R\$ 2 bilhões no Sul e R\$ 2 bilhões no Norte e mais R\$ 1,7 bilhão no Centro-Oeste", detalhou Sérgio.

### **Indústria vê oportunidade na crise**

O **Jornal GGN** também buscou a opinião de representantes da indústria, setor da economia que é tratado como um dos grandes vilões no consumo de água.

De acordo com Percy Soares, coordenador da Rede de Recursos Hídricos da CNI (Confederação Nacional da Indústria), a situação atípica do clima está levando o setor a rever o uso da água. "Era incomum, para o setor industrial, adotar práticas de racionalização do uso. Uma indústria que nunca prestou atenção nessa questão, quando começa a desenvolver inteligência no uso de água já reduz, com pouco investimento, de 20 a 30% do consumo", garantiu.

Para ele, a crise traz uma oportunidade, não apenas para a indústria, mas para a sociedade e o meio ambiente, de valorizar o uso da água. "Uma coisa é ter a eminência de escassez, outra é o insumo já estar escasso. A grande lição dessa crise é mostrar a importância de economizar no uso e adotar planos de contingência".



Oduwaldo Álvaro, diretor do SIAMFESP (Sindicato da Indústria de Artefatos de Metais Não Ferrosos do Estado de São Paulo) também vê a oportunidade na crise, mas espera ajuda do Governo do Estado para poder ofertar a solução. "Independente da chuva, nós precisamos desenvolver um trabalho de longo prazo. Precisamos atacar o problema, minimizar os focos de desperdício e planejar o abastecimento para não voltar a ter esse problema no futuro. Nós já temos IPI zero para equipamentos economizadores de água, precisamos conseguir a redução também do ICMS e transferir isso para o custo, para poder reduzir o preço na ponta", explicou.

O Sindicato está buscando parcerias. Em Atibaia, a prefeitura se engajou e a entidade está promovendo profundas mudanças nos sistemas de água de edifícios do poder público. Começou em outubro a instalação de equipamentos economizadores, entre eles, 1500 bacias sanitárias, 1800 torneiras, 100 arejadores e 100 redutores de vazão para chuveiros. "O objetivo é reduzir o consumo em 50%", disse Oduwaldo.

Em paralelo, prefeitura e sindicato estão fazendo uma campanha, enviando material publicitário junto com a conta d'água, para sensibilizar os moradores da região a instalar equipamentos economizadores e reduzir o consumo residencial. "Temos intenção de ampliar esse projeto para os municípios da região de Piracicaba, Capivari e Jundiá. São cerca de 40 municípios, mais de 40 milhões de pessoas".

Questionado sobre a necessidade de uma campanha mais clara por parte do governo, ou de um racionamento de fato, Oduvaldo preferiu não polemizar. "Não posso falar pelo governo. Nós estamos fazendo nossa parte. Estamos fazendo campanha de economia. E mostrando para a indústria resultados práticos", disse.

Segundo Anícia Pio, gerente do Departamento de Meio Ambiente da FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), a ideia de que a indústria é o maior consumidor de água não se sustenta. "Na Grande São Paulo, o consumo, pela indústria, da rede pública não chega a 2%. E o consumo total não passa de 15%. Ainda assim, é nossa responsabilidade informar como e por que economizar. Mostrar a viabilidade, o investimento necessário e o retorno".

De acordo com ela, a economia é uma questão de competitividade e até mesmo sobrevivência dos negócios. "Qualquer insumo do processo produtivo é contabilizado pela indústria. Ela tem que cortar custos e não pode ter desperdícios, não pode ter perdas".

Ela afirma que 65% das médias e grandes empresas do estado já adotam práticas de conservação e reuso. A própria FIESP adotou medidas de economia na crise hídrica de 2004 e reforçou essas práticas este ano. "Em 2014, nós conseguimos 19% de redução no consumo. Precisamos mostrar que isso é significativo na conta. E é significativo para a sociedade e o meio ambiente".